

Recebido em 20/02/2020. Aceito em 14/04/2020.

## OS PROCESSOS URBANOS SOB A ÓTICA DA COLONIALIDADE DO PODER, DO SER E DO SABER

### *URBAN PROCESSES AND THE PERSPECTIVE OF THE COLONIALITY OF POWER, OF THE BEING AND OF KNOWLEDGE*

Ana Vittori Frigeri<sup>1</sup>

Giordanna Laura da Silva Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir da leitura crítica do Grupo Modernidade/Colonialidade que a princípio buscava pensar o advento da modernidade a partir da América Latina e que iniciou a discussão acerca das dimensões da colonialidade do poder, do ser e do saber (MIGNOLO, GROSFUGUEL, MALDONADO-TORRES, QUIJANO), a proposta do trabalho é relacionar a reprodução de uma matriz colonial de poder com os processos de urbanização, intervenção e ocupação dos espaços públicos urbanos no Brasil. Dessa forma, o texto busca discutir em bases gerais a proposta decolonial apontada pelo grupo latino americano e suas relações com a hierarquização das cidades na lógica do sistema-mundo moderno/colonial, com os modelos de planejamento urbano e com os modos de ocupar e de se apropriar os espaços públicos no Brasil. Portanto, a proposta aqui é apontar um caminho para uma atitude decolonial para o urbanismo e para a pesquisa sobre os espaços urbanos brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** decolonialidade, urbanização, Brasil, América Latina

**ABSTRACT:** Starting from a critical review of the Modernity/Coloniality Group, which at first sought to think of the modernity from a Latin American perspective and which introduced a discussion about the dimensions of the coloniality of power, being and knowledge (MIGNOLO, GROSFUGUEL, MALDONADO-TORRES, QUIJANO), this article aims to relate the reproduction of the colonial form of power with the processes of urbanization, intervention and occupation of urban public spaces in Brazil. Thus, the goal here is to discuss the Latin American Group's decolonial proposal and its relations with the hierarchy of cities in the logic of the modern / colonial world-system, with the models of urban planning and with the ways of occupying and adapting Brazilian public spaces. Therefore, this text

1 Universidade Federal de Mato Grosso, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO-UFMT), [anavfrigeri@gmail.com](mailto:anavfrigeri@gmail.com)

2 Universidade Federal de Mato Grosso, Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia e Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO - UFMT). [giordannalaura@ufmt.br](mailto:giordannalaura@ufmt.br)

suggests a path towards a decolonial attitude in urbanism and research on urban spaces in Brazil.

**KEYWORDS:** decoloniality, urbanization, Brazil, Latin America

## INTRODUÇÃO

Partindo de uma revisão das críticas ao advento da modernidade, como um processo iniciado pela formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI (BALLESTRIN, 2013) é possível relacionar a relacioná-lo com os avanços dos processos de urbanização como parte constituinte das formas coloniais de dominação. Assim, é possível refletir sobre os modos de se ocupar, produzir e planejar as cidades brasileiras a partir da renovação crítica e epistemológica que o grupo de pesquisadores latino americanos Modernidade/ Colonialidade (M/C) inaugurou do final dos anos 1990 (BALLESTRIN, 2013). Dessa forma, é possível adotar uma atitude decolonial para estudar a produção do espaço urbano no Brasil a partir da identificação e superação da colonialidade do poder, do ser e do saber (BALLESTRIN, 2013).

O surgimento da modernidade, segundo o pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), deu-se em função e no mesmo processo histórico da colonialidade e, constituindo-se enquanto matriz colonial do poder (GROSFUGUEL; MIGNOLO, 2008), centralizou uma visão europeia que construiu a ideia da necessidade de “salvação” e “civilização” do “novo mundo” - a invenção da América - a partir das noções de raça para a construção de um novo padrão de poder mundial (QUIJANO, 2005). Ou seja, a diferenciação *conquistadores vs. conquistados* construiu uma nova estrutura de controle do trabalho e conseqüentemente uma nova estrutura de poder, relações que se desdobram até os dias de hoje. Segundo Mignolo (2010), a construção de um relato salvacionista espalhado pela racionalidade e propagação de ideais de “civilização” na verdade tem a necessidade de associação com a colonialidade, em que exploração, repressão, desumanização e controle são os parâmetros de conduta.

Desse movimento epistemológico latino-americano, que propunha realizar uma renovação crítica e utópica nas ciências sociais na América Latina, além da radicalização do argumento pós-colonial, propõe-se uma atitude, um “giro decolonial” - um movimento “de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.105).

Além da dimensão da colonialidade enquanto padrão de poder que constitui a modernidade, visto a sua conexão com a experiência colonial, tem-se nos processos de urbanização o modelo de organização das sociedades modernas, em que o rápido crescimento das populações urbanas europeias e a ocupação das terras colonizadas definiram alguns padrões mundiais de ocupação e organização das cidades. Visto como uma resposta ao grande adensamento das cidades europeias, em função dos processos de industrialização, o planejamento urbano vem para terras brasileiras como uma imposição do traçado e arquitetura portugueses, em contraposição aos outros modos de organização coletiva existentes.

Dessa forma, os processos de urbanização no Brasil se desenvolveram tomando como referência exclusivamente os modelos das cidades europeias, desde as primeiras ocupações com características portuguesas até os processos de “embelezamentos” e “melhoramentos” inspirados no projeto da Paris de Haussmann - e hoje na participação das cidades brasileiras dentro de uma produção de “cidades globais”, principalmente a partir da realização de grandes eventos mundiais (Olimpíadas, Copa do Mundo FIFA de Futebol).

Certamente, os modelos de urbanização e intervenção urbana que imperam nas cidades brasileiras estão atravessados pela lógica da modernidade/colonialidade, visto a imposição de uma forma eurocêntrica de pensar a cidade e a “posição do Brasil nesse sistema de relações hierárquicas e assimétricas de poder” (DINIZ, 2012, p. 6).

Apesar das inflexões na organização do sistema-mundo moderno, do início do século XX ao início do século XXI, a colonialidade ainda manifesta-se em diversas dimensões da existência das sociedades. Isso também é verdadeiro para o imaginário e as ações sobre as cidades. (...) No entanto, antes de tudo, é preciso considerar o desenvolvimento das relações de interdependência características do sistema-mundo moderno-colonial e seus rebatimentos nos processos de urbanização latino-americanos. (DINIZ, 2012 p. 5)

Sendo assim, é possível repensarmos a lógica da produção do espaço urbano no Brasil em termos decoloniais? Para questionar os modelos de produção dos espaços urbanos no Brasil, pensando nas premissas dos autores mencionados, é preciso identificar a colonialidade nas intervenções urbanas, observando nos processos de urbanização das cidades brasileiras a lógica da modernidade/colonialidade. Portanto, questionar as políticas de embelezamento, revitalizações, melhoramentos das cidades sob os ideais de progresso e modernização - deslocados e assimilados da realidade europeia - é procurar por outras maneiras de se pensar a cidade: os diferentes modos de se ocupar e de se apropriar dos espaços públicos urbanos e modelos outros de intervenção e planejamento urbano, para além dos modelos hegemônicos de cidade.

Para tratar da cidade, em termos do planejamento urbano, é comum o distanciamento do objeto do urbanismo - o espaço das cidades - do indivíduo, visto que em termos da política moderna, a organização das cidades se desenvolve a partir de uma concepção abstrata do espaço e do indivíduo, em oposição a uma concepção realista do mundo e das pessoas. Ou seja, no desenrolar da modernidade, a concepção das cidades pressupõe uma visão nominalista do ser, em que uma suposta igualdade entre os homens - em oposição ao reconhecimento da diversidade sobre os modos de viver e ocupar o espaço - justificou a reprodução de modelos e valores coloniais nos processos de ocupação e organização dos espaços públicos e dos territórios urbanos brasileiros. Assim, uma suposta neutralidade política e estética do planejamento urbano foi e ainda é, na realidade, uma manutenção de valores individuais - herança da política moderna e da gestão tecnicista do espaço, que aliena o indivíduo de sua participação política cotidiana na cidade. Além disso, em geral, os urbanistas ainda se pautam pela necessidade do progresso - o futuro é superior ao antigo e se justifica por isso; individualismo, o vir a ser; a suposta neu-

tralidade de valores, assegurados pela técnica e pelos especialistas estão pautadas nas premissas do liberalismo, onde a razão deveria ser a tônica da realidade. No entanto, os indivíduos não são neutros em relação a valores. Dessa forma, quais são de fato os valores que orientam as políticas para os espaços urbanos?

O desenvolvimento do planejamento urbano europeu tem como contexto a intensificação dos processos de urbanização das cidades da revolução industrial, em que se fez necessário criar políticas para a organização/ordenamento das cidades que assistiram a grandes aumentos populacionais em função do trabalho nas indústrias. O contexto em que surge o urbanismo enquanto matéria de organização espacial das cidades é, portanto, aquele de desenvolvimento cultural do ocidente na modernidade. Dessa forma, esse campo de estudo (de análise e de ação política), tem da modernidade a herança da racionalidade, do tecnicismo e cientificismo que organiza um certo discurso gerencial do espaço e, sobretudo, um modo de fazer política pautado numa suposta neutralidade funcionalista, uma suposta igualdade de chances numa sociedade de homens iguais.

Harvey (1992) também explora estes enfoques, quando enfatiza que o princípio da racionalidade estética expressa a idéia de totalidade e determina, no campo do urbanismo, sua conjugação com a possibilidade do planejamento racional, através do qual se almejava alcançar a igualdade social. Por outro lado, vai ao encontro do objetivo prático da racionalização, ou seja, a racionalização global da vida coletiva e da vida individual na cidade. Assim, a cidade zonificada veio a se constituir na culminação do projeto moderno racionalista. (VICENTINI, 2001, p. 10)

O modelo de planejamento urbano que se reproduziu, principalmente nos modelos de zoneamento e intervenções urbanas europeias, aciona uma confusão dos papéis dos atores institucionais e cidadãos na organização do espaço urbano. Esse modelo de organização do espaço tem como base uma experiência exclusivamente cartográfica do planejador e a contribuição daqueles que de fato experienciam cotidianamente os espaços públicos não são lidos como são os saberes dos especialistas urbanistas, técnicos aparentemente neutros nos exercícios de análise do espaço. As premissas do liberalismo pressupõem a neutralidade de valores e uma neutralidade funcionalista em razão da promoção de igualdade de chances aos indivíduos. Essa premissa se faz presente nos discursos de gestão do território urbano e se faz contraditória também - enquanto o liberalismo defende a neutralidade, os indivíduos certamente não são neutros em relação a valores.

Portanto, como se garante o acesso ao espaço público que atenda aos interesses da coletividade em suas particularidades? Como transpor o ideal de "fazer política" do espaço público para a materialidade dos territórios urbanos brasileiros? E os espaços públicos urbanos, qual a dimensão pública desses espaços? Como se materializa a política nas maneiras de se ocupar os espaços públicos da cidade? Sobre as maneiras de se ocupar o espaço público urbano, não me refiro apenas à ocupação/organização de espaços verdes, ruas, praças ou parques. Narciso (2008), aponta para a leitura de espaço público como espaço da cidade; se "o espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confunde (erradamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de representação e de expressão colectiva da So-

cidade” (NARCISO, 2008, p. 28), este termo, aqui, aponta para esse espaço socialmente construído que é a cidade - lugar de socialização (de produção e reprodução das relações sociais) e que tem no meio ambiente físico e no planejamento territorial (local e regional) os elementos estruturadores do espaço.

A partir desses conceitos pode-se traçar importantes premissas acerca da ideia de espaço urbano - para além de espaço físico, o espaço público (urbano) representa “uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos e intelectuais que constituem uma sociedade” (NARCISO, 2008, p. 26). Ou seja, esse espaço de fazer política que é o espaço público, se refere tanto a condição física quanto simbólica e por isso está orientada pelos valores e culturas dos agentes que o produzem.

### COLONIALIDADE DO PODER: HIERARQUIZAÇÃO DAS CIDADES NA LÓGICA DO SISTEMA-MUNDO<sup>3</sup>

Os processos de urbanização, associados aos modelos de planejamento das cidades modernas europeias, se inserem num processo de massificação e tentativa de normatização das atividades humanas, pautadas numa suposta neutralidade política e estética do planejamento urbano. Diz-se “suposta neutralidade política e estética” do planejamento urbano pois a realidade é a manutenção de valores hegemônicos da política moderna e da gestão tecnicista do espaço, que aliena o indivíduo de sua participação política cotidiana na cidade, sem muito espaço para pensarmos outras formas de se viver na cidade e de se planejar e intervir nos espaços das cidades.

A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo. Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. O conceito possui uma dupla pretensão. Por um lado, denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFUGUEL, 2008 Apud BALLESTRIN, 2013, p. 100)

Dessa forma a colonialidade do poder que se materializa nos processos de urbanização surge a partir de uma imposição da forma eurocêntrica de pensar a cidade. E nas cidades brasileiras, inseridas nessa relação de dependência num sistema mundial de relações hierárquicas e assimétricas de poder, reproduz-se as

3 O conceito de sistema-mundo foi desenvolvido por Wallerstein para explicar a estruturação do poder a partir da articulação da divisão internacional do trabalho com a hierarquia dos países centrais e periféricos. É uma das grandes influências da identidade do Grupo Modernidade/Colonialidade, o termo foi apropriado principalmente por Aníbal Quijano na definição da colonialidade do poder, pensando agora a ideia de sistema-mundo em termos de sistema-mundo moderno/colonial (BALLESTRIN, 2013). O termo foi apropriado aqui para entender a hierarquização das cidades brasileiras a partir da constatação dessa estrutura de manutenção das formas coloniais de dominação.

ideias de modernização, progresso e desenvolvimento econômico sem a promoção da participação coletiva e sem considerar as respostas locais e os seus modos particulares de se viver - a cidade europeia persiste em ser o modelo a ser reproduzido. Diniz (2012) ao fazer uma análise decolonial de algumas intervenções no Rio de Janeiro em dois períodos históricos distintos, aponta para as transformações da cidade a fim de obedecer.

(...) a formas preconcebidas em espaços cuja posição no sistema-mundo moderno e na economia-mundo capitalista os classifica como aqueles que devem ser tomados como exemplo para os demais. A diferença reside no fato de que essa assimilação é naturalizada como um efeito necessário da competição entre cidades. (DINIZ, 2012, p. 11)

Ou seja, o imaginário da urbanização no Brasil está inserido na competitividade da economia mundializada, abrindo caminhos para a idealização de uma cidade espetacular, uma cidade-mercadoria, que corresponda às expectativas e referências globais, de forma que

Sob condições de globalização neoliberal, em que governos locais são levados a assumir iniciativas “inovadoras” e “empreendedoras” para atrair o fluxo de capitais e negócios, se afirma o discurso e a prática da “revitalização”. A gestão e o planejamento da cidade busca reproduzir técnicas do planejamento empresarial e a noção de parceria público-privada torna-se constitutiva das formas hegemônicas de concepção das políticas urbanas. (DINIZ, 2012, p. 7)

O discurso do progresso valida os projetos “revitalização” dos espaços públicos, pensando-os exclusivamente em termos de competição com outras cidades globais - daí surgem os discursos de promoção do turismo, da cultura local e principalmente, a insistência em contínuas propostas de “modernização”. No entanto, à medida que se observa criticamente os processos de organização e apropriação dos espaços da cidade, fica claro que os discursos do progresso e da modernidade são valores privados, da ordem de acumulação de capital e que têm na distribuição e concentração das terras urbanas a defesa da propriedade privada e do valor de troca da terra. Ou seja, é a persistência da noção liberal de propriedade privada que invisibiliza outras maneiras de se apropriar e construir um espaço coletivo - que é termo principal quando se trata de política, portanto, de poder.

A denúncia da manutenção das formas coloniais de dominação que o grupo M/C tem construído se faz necessária para entender o planejamento das cidades brasileiras nos últimos anos, principalmente ao se analisar o contexto de promoção de operações urbanas em razão da realização de grandes eventos - principalmente a Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014 - que promoveu a necessidade de incluir as capitais brasileiras em um cenário de competição e hierarquização entre as cidades. A exemplo disso, a construção da “Orla do Porto” em Cuiabá foi realizada nestes termos. A Orla, em termos gerais, foi um projeto que tinha como objetivo principal a criação de um atrativo turístico em Cuiabá para receber o turista que atenderia aos jogos da copa, para isso foi construído um complexo de quase 1,5km de extensão para a realização de atividades de lazer e cultura na capital mato grossense, um grande empreendimento realizado com um orçamento aproximado de

28 milhões de reais. Esse modelo de intervenção se justifica, portanto, apenas pela suposta necessidade de oferecer algum atrativo ao molde de um público internacional, na tentativa de incorporar Cuiabá, cidade periférica aos grandes destinos, no cenário de atrações turísticas do mundo.

Esse modelo de intervenção, fazendo referência aos conceitos do Grupo M/C, está submetido, portanto, à dimensão da colonialidade do poder, uma vez que as formas como se ocupa o espaço público em Cuiabá, suas respostas locais aos processos de urbanização, as manifestações culturais na cidade não aparecem na proposta de intervenção urbana, pois não fazem parte do imaginário de “urbanidade” importada. Enquanto o projeto se localiza em uma região de importante valor histórico e cultural (uma das primeiras regiões de ocupação de Cuiabá) à margem do Rio Cuiabá, que poderia abrigar diversas atividades como a pesca, o banho, a atividade e ocupação por comunidades ribeirinhas na verdade dá suporte a atividades como caminhada, andar de bicicleta, pista de skate, quiosques com restaurantes e bares, aquário, mirante. Ou seja, os moldes do projeto são realizados em termos de uma suposta universalidade dos modos de ocupar os espaços públicos e de se promover o turismo, em que se toma como referência apenas as cidades que ocupam um lugar mais central na hierarquia das cidades turísticas nesse sistema-mundo moderno/colonial.

## COLONIALIDADE DO SABER: OS MODELOS DE PLANEJAMENTO URBANO

O que sabemos da nossa experiência cotidiana na cidade? No momento em que as cidades no Brasil abrigam a maior parcela da população do país, qual a ideia que temos de cidade e da nossa participação dela? Se a atual tônica da produção dos espaços urbanos no Brasil pode ser relacionada a lógicas privadas, em que nos espaços públicos o que se produz é o medo e a reprodução da rotina do trabalho e do capital, existem outras maneiras de ocupar e de se apropriar dos espaços públicos urbanos? É preciso falar da nossa realidade vivida diariamente no espaço urbano em nossos termos, mas será que nos percebermos participantes na produção do espaço se este é simulado, imbuído de discursos impostos para a regulação da ordem do mercado, do tempo, do trabalho, do consumo? Como se imaginar a intervenção urbana quando os nossos modos de conhecer a cidade estão colonizados pelos modelos de ocupação europeus, que partem da lógica da acumulação e da privatização dos espaços?

Quando se fala de urbanização, as imagens da cidade contemporânea são aquelas da lógica da modernidade/colonialidade do cotidiano – a imagem do trabalho, do transporte, do consumo, da cidade caótica –, será que essas são as únicas formas de se viver nas cidades? No planejamento urbano, por exemplo não se busca representar uma realidade pela cartografia, pelo contrário são os mapas que irão ditar o zoneamento, as áreas de expansão, é uma visão “macro” de fora em que os próprios mapas simulam a cidade vivida em forma de uma cidade planejada. Magnani (2002) aponta para a problemática das abordagens sobre a cidade, analisada – por alguns semiólogos, arquitetos, críticos pós-modernos – enquanto “protótipo da

sociedade pós-industrial”, em que se “projeta cenários marcados por uma feérica sucessão de imagens, resultado da superposição e conflitos de signos, simulacros, não-lugares, redes e pontos de encontro virtuais” (MAGNANI, 2002, p. 12).

Uma atitude decolonial para se (re)construir as leituras acerca da cidade deveria se pautar nos modos de ocupar o espaço urbano, na prática e não em suposições e modelos hegemônicos de comportamento no espaço público, nem mesmo a reprodução de modelos europeus, que obviamente não condizem com a realidade brasileira.

Portanto, para construir uma leitura decolonial de cidade e, portanto, construir políticas públicas para as cidades brasileiras, estas deveriam ser pensadas a partir das respostas locais aos modos de ocupar o espaço urbano. Dessa forma, investigar os diferentes modos de ocupar o espaço público na cidade contemporânea poderia nos fornecer pistas de como nos apropriamos da cidade, de forma que até mesmo as diretrizes do planejamento urbano poderiam ser repensadas a partir dessa investigação. “É resgatar um olhar *de perto e de dentro* capaz de identificar, descrever, refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de *fora e de longe*” (MAGNANI, 2002, p. 17).

E essa é a premissa da mudança de atitude no planejamento urbano: pensar a cidade avesso à reprodução de modelos eurocêntricos de intervenção urbana e entender as dinâmicas locais de organização, de apropriação e uso e a partir dessas demandas promover o planejamento, independente de sua projeção em um sistema-mundo de cidades competitivas em busca de investimentos externos.

## COLONIALIDADE DO SER: OS MODOS DE OCUPAR E DE SE APROPRIAR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Nesse sistema-mundo produzido na lógica da modernidade/colonialidade o que regula as maneiras de se pensar a cidade em seu universo de sociabilidades obrigatórias (AZEVEDO, 2013) - guiadas pelo roteiro do trabalho, do itinerário do transporte público, pelo roteiro do consumo e do medo - é a prática automatizada, submetida a subjetividades capitalísticas de matriz europeia e que constitui o pensamento hegemônico sobre as condutas individuais no espaço urbano. No entanto, o que outros modos de ocupar a cidade podem nos ensinar sobre as possibilidades de urbanização?

A suposta neutralidade e racionalidade na produção do espaço da cidade na verdade só simula os modos de ocupar o espaço público e destitui do homem o entendimento de que o espaço público é o espaço de fazer política. Portanto, o modo como vivemos e ocupamos os espaços urbanos estão definidos por esse modo de fazer em que os interesses privados sobrepõem interesses públicos e a apropriação do espaço enquanto política se faz cada vez mais distante dos cotidianos daqueles que transitam pela cidade.

Os agentes “oficiais” (urbanistas, técnicos, gestores, etc) que promovem o ordenamento espacial urbano têm em seus valores as orientações de suas políticas dos/



nos espaços públicos. A promoção de um individualismo nas sociedades de massa e a presença de um conhecimento científico que abstrai da materialidade dos espaços públicos um modelo de espaço público, só promove insegurança, uma espécie de “agorafobia urbana” resultado dessa perda de vivência do espaço público. Há um esquecimento da dimensão pública (portanto, política) do espaço - afinal, o que é público?

Nessa espécie de “crise identitária” da noção de público, como é possível entender as dimensões políticas dos espaços públicos urbanos? Quando se fala de espaço, de território, de cidade e, portanto, de disputa por terra; a titulação jurídica do que se apropria e que garante a propriedade privada é a justificativa para diferenciar público e privado, e portanto espaço público enquanto um espaço de uso comum, ou de posse coletiva, ou ainda que pertence ao poder público (NARCISO, 2008). Mas Angelo Serpa (2007) aponta para a noção de acessibilidade (tanto as dimensões físicas quanto simbólicas do termo) como modo de ler o espaço público. “Se é certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo” (SERPA, 2007, p.22). Portanto, essas noções de espaço público podem ser orientadas tanto pela noção de propriedade privada - e sua relação com o valor de troca - quanto a partir da questão de acessibilidade - e o valor de uso - do espaço. Dessa forma - e já desmistificando a noção de neutralidade do planejamento - que valores orientam a produção, ocupação e intervenção no espaço público? Baseadas em quais noções de espaço público?

Para além da lógica da propriedade privada, os modos de ocupar o espaço público estão também orientados por morais privadas, que regulam e direcionam valores que não condizem com a noção de diversidade que compõe a caracterização da realidade coletiva e que impede até mesmo as liberdades individuais de alguns corpos que se apresentam no espaço público. Assistimos a uma realidade urbana em que a extrema violência nos espaços públicos limitam direitos básicos como o de ir e vir, condicionam uma aparente normalidade do constrangimento cotidiano a alguns corpos e desencadeiam no enclausuramento doméstico e invisibilidade política.

A rua significa medo. Às mulheres resta o constante temor e alerta por entre os espaços que transita, com muito mais frequência que os homens. Às pessoas homossexuais resta esconderem seus afetos da esfera pública, em um constante controle dos espaços onde sentem seguros a se exporem. Às pessoas trans e travestis, que sofrem maior preconceito “porque a marca da transgressão é nítida, visual e, portanto, afronta o poder heteronormativo” (SILVA, 2008, p. 11), resta a impossibilidade de estar no espaço público, onde são diariamente assassinadas, reservando-lhes “a cidade noturna, quando todos dormem e não podem mais ver seus corpos” (SILVA, 2008, p. 11). “O que sustenta os micropoderes que entremeiam a cidade e define os espaços públicos como apropriados ou inapropriados?” (CARVALHO, MACEDO JUNIOR, 2017, p. 108). É possível supormos o espaço público um ambiente de livre trânsito de diferentes pessoas ou “enxergamos locais - papéis - reservados a determinados corpos?” (CARVALHO, MACEDO JUNIOR, 2017, p. 107).

A investigação dessas contradições em que certos corpos estão sendo marginalizados da vivência na cidade e, portanto, excluído desse espaço dito público - enquanto aqueles julgados "normais" por uma moral privada podem ocupar qualquer espaço, evidencia, claramente, como a dimensão da produção espaço está delimitada no interior do discurso da heteronormatividade e é um dos dispositivos mais importantes da manutenção desse poder.

A condição da colonialidade do ser no que tange às possibilidades de ocupação e apropriação dos espaços públicos está relacionada a representações que insistem em construir um imaginário pasteurizado sobre as nossas experiências urbanas e eliminam as nossas possibilidades de pertencer e transformar o espaço. Dessa forma, ser decolonial no espaço público é um ato de resistência, é assumir os riscos e constrangimentos que a lógica da modernidade/colonialidade impõe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura sobre espaço público, partindo de autores que criticam o advento da modernidade, enquanto desenvolvimento cultural do ocidente em premissas da pura racionalidade, da neutralidade da ciência e da técnica e, principalmente, a partir de uma leitura de homem enquanto modelo sugere um entendimento mais amplo do que é e como se materializa o planejamento urbano. Superando a compreensão dos elementos estruturadores do espaço como a única dimensão do espaço público urbano, é possível construir outras leituras sobre a cidade, visto que essas contribuem para a noção de espaço público enquanto espaço do fazer política, e, portanto, o espaço da cidade é matéria e estrutura da política na contemporaneidade.

A dimensão da política moderna nos espaços públicos esclarece também a não participação política dos indivíduos que, orientados por uma noção individualista de ser, assumem o espaço público como espaço de reprodução do trabalho, deixando a organização do espaço urbano para os especialistas urbanistas. Dessa forma, produzir cidade se reduziria a uma gestão tecnicista do espaço, onde uma suposta neutralidade de valores se faz presente. No entanto, à medida que se observa criticamente os processos de organização e apropriação dos espaços da cidade, ficam claros que são valores coloniais que ordenam a ocupação dos espaços públicos. A persistência da noção liberal de propriedade privada invisibiliza outras maneiras de se apropriar e construir um espaço coletivo - que é termo principal quando se trata de política.

Não se postula aqui uma defesa pela total igualdade entre os indivíduos no que tange o direito à cidade, até porque somos diferentes e temos demandas e necessidades diferentes em nossos cotidianos de apropriação do espaço da cidade. A busca é de entender em que medida perdemos a noção de política quando tratamos de espaços públicos da cidade. Reduziu-se as noções de espaço público e a apropriação do termo enquanto condição simbólica do fazer política. A cidade é espaço de desigualdades, de disputa, de discursos - principalmente o da modernidade, que justifica os processos de intervenção no território urbano. O discurso do progresso,

da evolução da modernização são suficientes para garantir a permanência de valores privados, desestimulando as nossas forças de defender e agir em função da dimensão pública do espaço.

É possível e necessário realizar uma revisão acerca do modelo de urbanização que se produz no Brasil a partir dos termos de colonialidade do poder, do saber e do ser proposto pelos autores do grupo modernidade/colonialidade. Entendendo o Brasil a partir da “ferida colonial” e a sua posição dentro da lógica hierarquizada do sistema-mundo, a maneira como é produzida, pensada e ocupada as cidades brasileiras estão submetidas a categorias, hierarquizações e referenciais europeus que persistem em promover políticas urbanas desconexas das realidades e das demandas das populações urbanas - hoje a grande maioria da população do país.

É preciso repensarmos a ótica do direito à cidade de forma a reconhecer os discursos que promovem a marginalização e a violência urbana para além de esforços pela garantia à infraestrutura urbana e acesso a equipamentos públicos e para além da problemática da segregação exclusivamente socioespacial. Assistimos à uma realidade urbana em que a extrema violência nos espaços públicos limitam direitos básicos como o de ir e vir, condicionam uma aparente normalidade do constrangimento cotidiano a alguns corpos e desencadeiam no enclausuramento doméstico e invisibilidade política.

Finalmente, a organização das cidades deveria ser pautada na distribuição, promoção de espaços públicos acessíveis, e não a promoção de políticas de intervenção exclusivamente de valorização do solo urbano e projeção da cidade num cenário global, sob os discursos da cultura, do progresso, entre outros. Partindo de um olhar “micro”, do cotidiano, do local, a fim de resistir a qualquer modelo hegemônico, eurocêntrico, arbitrário e que apenas reproduz a “diferença colonial”.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. T. O. Passeio de sombrinhas: poéticas urbanas, subjetividades contemporâneas e modos de estar na cidade. *Revista Magistro*, v. 8, n. 2, p. 138-146, 2013.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, p. 89 - 117, 2013.

CARVALHO, C. O.; MACEDO JUNIOR, G. S. Isto é um lugar de respeito!: A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26356/19535>>. Acesso em: 16 set. 2019.

DINIZ, N. De Pereira Passos ao projeto Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da região portuária do Rio de Janeiro. In: XII COLOQUIO DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. *Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX*: Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/programa.htm>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

GROSGOUEL, R.; MIGNOLO, W. Intervenciones descoloniales: una breve introducción. *Tábula Rasa*, Bogotá. n.9, p. 29 - 37, 2008.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p.11-29,2002.

MIGNOLO, W. Aisthesis decolonial. *CALLE14*, v.4, n.4, 16p., 2010.

NARCISO, C. A. F. *Espaço público: desenho, organização e poder: o caso de Barcelona*. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Urbanos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *Geo UERJ*, v. 1, n. 18, 16p., 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1343/1132>>. Acesso em: 16 set. 2019.

VICENTINI, Yara. Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 3, p. 9 - 31, 2001.